

Interpretando a teoria do Estado de Marx e a oposição ao anarquismo

Matthew Crossin

Link: <https://anarchistworker.substack.com/p/interpreting-marxs-theory-of-the>

Edição revisada. O primeiro rascunho deste ensaio foi escrito em 2019 e depois publicado em sua forma original pela Red and Black Notes e Libcom em 2020.

"... nenhum Estado, por mais democrático que seja, nem mesmo a mais vermelha república política... é capaz de dar ao povo o que ele precisa: a livre organização de seus próprios interesses de baixo para cima..."

- Mikhail Bakunin, Statism and Anarchy (Estatismo e Anarquia), p. 24

"[Com a abolição das classes] o poder do Estado, que serve para manter a grande maioria dos produtores sob o jugo da minoria exploradora numericamente pequena, desaparece, e as funções do governo são transformadas em simples funções administrativas. [Os anarquistas] colocam as coisas ao contrário..."

- Karl Marx e Friedrich Engels, Fictitious Splits in the International, p. 74¹

Marxismo, anarquismo e o Estado

O objetivo deste panfleto é reavaliar as opiniões de Karl Marx, de seu parceiro Friedrich Engels e de seus contemporâneos anarquistas sobre a questão crucial do "Estado"².

Especificamente, defendo que as interpretações dominantes de Marx abordaram de forma insatisfatória sua análise variada e contraditória do Estado, seu papel (se

¹ Como citado em Marx, K., Engels, F., & Lenin, V.I. (ed. Kolpinsky, N. Y.). 1972. *Marx, Engels, Lenin: Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Progress Publishers: Moscou.

² Principalmente Mikhail Bakunin, que (embora não tenha sido o primeiro a se autodenominar anarquista) é amplamente considerado o primeiro teórico do anarquismo como uma tendência e um movimento de massa totalmente desenvolvidos. Ele foi o líder intelectual da oposição libertária à facção de Marx na International Workingmen's Association.

houver) na construção de uma sociedade socialista e as maneiras pelas quais isso se sobrepôs e entrou em conflito com a visão anarquista.

Minha análise está dividida em três partes: Na **Seção I**, discuto o Marx do *Manifesto Comunista* e outros manuscritos anteriores, argumentando que é nesse material³ que encontramos a indicação mais clara de uma práxis centralizada e estatista⁴. A **Seção II** trata do Marx da International Workingmen's Association⁵, tanto como organizador quanto como teórico. ⁶Leituras atentas de *A Guerra Civil na França* e outros escritos sobre a Comuna de Paris demonstram mudanças contraditórias em seu pensamento que complicam as interpretações "ortodoxas" e "libertárias" desse período. Afirmando que os marxistas deixaram de considerar o contexto dos esforços práticos de Marx para a centralização dentro da Internacional, o que nos permite entender melhor as ambiguidades em seu trabalho teórico. Por fim, na **Seção III**, a natureza incoerente da análise final de Marx é comparada com a posição anarquista. Argumento que Marx e Engels desenvolveram uma concepção sempre mutável do Estado, que - seja cinicamente ou por mera ignorância - tanto eles quanto seus seguidores usaram por muito tempo para deturpar e desacreditar a principal alternativa à sua estrutura teórica e ao seu movimento.

³ Juntamente com a análise consistentemente menos sofisticada de Engels. Consulte a *nota 18* para obter mais comentários.

⁴ Os trabalhos anteriores de Marx e Engels, especialmente quando citados seletivamente, têm sido usados para justificar o comportamento das correntes autoritárias que se desenvolveram dentro do movimento - ou seja, as variações leninistas e pós-leninistas. É interessante notar que a obra mais famosa de Lenin sobre o Estado, *O Estado e a Revolução* (1917), é também a mais libertária e reproduz essencialmente o uso obscurantista e triplo do termo "Estado" explorado na Seção III deste ensaio. Da mesma forma, ele se aproveita da confusão resultante para os mesmos fins.

⁵ Doravante denominada "Primeira Internacional" ou "Internacional".

⁶ A palavra "libertário" é usada ao longo deste ensaio em sua forma original. Embora atualmente esteja associada em alguns países (mais obviamente, nos Estados Unidos) ao capitalismo "laissez-faire", essa é uma distorção recente (e intencional). Historicamente, o libertarianismo indicava uma tendência filosófica geral à ação livre. O primeiro uso político do termo foi feito pelo comunista anarquista Joseph Dejacque em 1857. A partir desse momento, tornou-se sinônimo da palavra anarquista. Esse uso foi mantido em grande parte do mundo, embora, com o desenvolvimento de correntes libertárias dentro do marxismo, tenha se tornado um termo abrangente para todos os socialistas antiestatais. Os libertários clássicos argumentam que a apropriação da direita é, na verdade, autoritária, dado seu apoio às relações sociais inerentemente hierárquicas e exploradoras produzidas pelo capitalismo. A leitura "libertária" de Marx a que nos referimos aqui é aquela que entende que Marx rejeita o poder do Estado no sentido de tomar o poder dentro de um governo.

I. O jovem Marx: Da Crítica de Hegel ao Estado de Transição

Embora tenha permanecido inédito até 1932, Engels apontou os manuscritos que constituem a base de *A Ideologia Alemã* (1845) como o ponto de partida para entender a teoria madura de Marx sobre o Estado⁷.

Antes de 1845, os jovens Marx e Engels tendiam a usar uma retórica mais radical com relação à necessidade de "abolição" do Estado. Ambos haviam lido e admirado o trabalho do radical liberal-republicano William Godwin, tanto por "desenvolver a teoria da exploração na Inglaterra"⁸ quanto por levar os princípios subjacentes do republicanismo "a suas conclusões legítimas" de se opor "à própria essência do Estado"⁹.

O exemplo mais desenvolvido do antiestatismo juvenil de Marx pode ser encontrado na *Crítica da Doutrina do Estado de Hegel* (1843), que contém uma extensa desconstrução tanto da monarquia constitucional quanto do governo burguês¹⁰. Nela, Marx parece rejeitar qualquer noção de "representação" em favor de delegados mandatados:

A separação do Estado político da sociedade civil aparece como a separação dos deputados de seus mandatários. A sociedade delega apenas elementos de si mesma para seu modo de ser político... os delegados da sociedade civil formam uma sociedade que não está ligada àqueles que os comissionam pela forma da "instrução", o mandato. Formalmente, eles são comissionados, mas quando são de fato comissionados, não são mais mandatários. Eles deveriam ser delegados, mas não são¹¹.

Isso constitui uma ruptura radical com a forma estatal de organização e é um dos dois únicos casos em que Marx enfatiza a distinção delegado-representante. Ele não voltaria a expressar esse tipo de sentimento até seus comentários ambíguos sobre a

⁷ Tanto Hal Draper quanto N.Y. Kolpinsky endossam a visão de que Engels está se referindo aos manuscritos de *A Ideologia Alemã*. Consulte Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism*. Ibid. p.350fn107 e Draper, H. 1970. The Death of the State in Marx and Engels" [A morte do Estado em Marx e Engels]. *Socialist Register: Volume 7: 281-307*. p. 293

⁸ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 5: Marx and Engels, 1845-47*. Lawrence and Wishart: Londres. p. 412

⁹ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 3: Karl Marx, March 1843-August 1844*. Lawrence and Wishart: Londres. p. 486

¹⁰ Esse manuscrito às vezes é publicado como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Na realidade, o rascunho não tinha título, e a crítica de Marx limita-se à seção referente à "Doutrina do Estado" de Hegel.

¹¹ *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 3*. Ibid. p. 123

Comuna de Paris, quase três décadas depois. Da mesma forma, a *Crítica* também apresenta um ataque ao caráter autorreprodutivo da organização burocrática, que tem muito mais em comum com *The Civil War in France* do que com o restante da obra de Marx:

A burocracia é o "*formalismo estatal*" da sociedade civil. É (...) o "poder do Estado" na forma de uma corporação, ou seja, de uma sociedade *particular e autônoma* dentro do Estado (...) A burocracia aparece para si mesma como o objetivo final do Estado. À medida que a burocracia converte seus propósitos "formais" em seu conteúdo, ela entra em conflito com os propósitos "reais" em todos os pontos. A burocracia é um círculo mágico do qual ninguém pode escapar... Quanto ao burocrata individual, o propósito do Estado se torna seu propósito particular, *uma busca por promoção, carreirismo...* sua existência é a existência de seu cargo¹².

É fácil ver como os jovens Marx e Engels associaram suas ideias, nessa época, à exigência de "abolir o Estado". Engels, entretanto, mais tarde descartou isso como filosofia de "infância" - o marxismo, segundo ele, havia amadurecido além dessas coisas, enquanto o anarquismo não¹³.

Os manuscritos que compõem *A Ideologia Alemã* também localizam as origens do Estado na "emancipação da propriedade privada da comunidade", ou seja, a separação da sociedade em classes¹⁴. Esse ato torna o Estado um aparato concreto de governo; uma "entidade separada, ao lado e fora da sociedade civil", servindo como "nada mais do que a forma de organização que os burgueses são obrigados a adotar, tanto para fins internos quanto externos, para a garantia mútua de suas propriedades e interesses". *A Ideologia Alemã* refere-se repetidamente ao "Estado" como um modelo governamental de organização social, no qual "todas as instituições comuns... recebem uma forma política" com o objetivo de manter as relações de propriedade existentes¹⁵. Portanto, Marx e Engels concluíram que,

¹² Marx, K. 1992. *Early Writings*. Penguin Classics. pp. 106-108

¹³ Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 48

¹⁴ Nesse ponto, Marx e Engels seguem os passos de muitos radicais anteriores a eles. O crédito significativo pela popularização da ideia é devido ao *Discurso sobre as Origens da Desigualdade entre os Homens* (1755), de Rousseau.

¹⁵ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 5: Marx and Engels 1845-47*. Lawrence and Wishart: Londres. p. 90

[Considerando que] as revoluções anteriores dentro da estrutura da [sociedade de classes] estavam fadadas a levar a novas instituições políticas¹⁶ ; da mesma forma, segue-se que a revolução comunista, que [abole a sociedade de classes], acaba por abolir as instituições políticas¹⁷ .

Essa fórmula, na qual a palavra "em última instância" é crucial, estabeleceu as bases para a visão marxista do papel do Estado na revolução social e continua a informar a maioria das interpretações contemporâneas. A abordagem foi resumida de forma clara por Engels em um artigo para o *Der Sozialdemokrat* (1883) após a morte de Marx (iniciando o cultivo de um "marxismo ortodoxo")¹⁸ . Citando tanto os manuscritos que compõem *A Ideologia Alemã* quanto o *Manifesto Comunista* (1848), disponível ao público, ele identificou a posição *compartilhada por* eles como aquela que sustenta que a abolição do Estado não pode ser realizada *durante o* próprio processo de revolução social. Em vez disso,

a classe proletária terá primeiro que se apossar da força política organizada do Estado e, com essa ajuda, acabar com a resistência da classe capitalista e reorganizar a sociedade... sem o que toda a vitória terminará em uma derrota e em um massacre da classe trabalhadora como o que ocorreu após a Comuna de Paris¹⁹ .

Isso se deve ao fato de que,

¹⁶ Ou seja, novas manifestações do Estado.

¹⁷ Ou seja, o próprio Estado. Todas as citações, Ibid. p. 380

¹⁸ Após a morte de Marx, Engels e Karl Kautsky continuaram a editar e publicar seu trabalho. Intencionalmente ou não, o material que eles compilaram, publicaram e editaram foi usado para dar peso a seus respectivos pontos de vista. A interpretação de Kautsky da teoria marxista, influenciada pela apresentação de Engels dos documentos originais, acabaria se tornando a interpretação padrão. Alguns sugeriram que Engels deturpou Marx e que há uma divisão fundamental entre os dois pensadores. Embora uma leitura atenta indique algumas diferenças entre eles, a divisão não parece ser fundamental, mas sim um caso em que Engels escreveu com maior frequência e clareza sobre assuntos em que Marx era particularmente fraco como teórico. Vale a pena citar o anarquista Wayne Price sobre essa questão: "Há aqueles, particularmente entre os marxistas libertários, que criticam Engels como o primeiro dos "marxistas pós-Marx" que conduziram o movimento marxista na direção errada. Em vez de criticar Marx por coisas do movimento marxista histórico que eles não gostam, eles culpam Engels. Eles afirmam entender Marx melhor do que seu parceiro político de longa data e amigo mais querido! Se for verdade, isso deveria levantar questões sobre Marx; como é que ele não conseguia explicar suas ideias nem mesmo para Engels?... [Por exemplo,] sabe-se que Marx leu o Anti-Dühring e discutiu tudo com Engels antes de sua publicação. Marx contribuiu com um capítulo para o livro - o que dificilmente teria feito se discordasse de partes importantes do livro." Price, W. 2012. *Marx's Economics for Anarchists [Economia de Marx para Anarquistas]*. Zabalaza Books: Joanesburgo. pp. 50-51

¹⁹ Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 172

... após a vitória do proletariado, a única organização que a classe trabalhadora vitoriosa encontra pronta para uso é a do Estado. Ele pode precisar de adaptação às novas funções. Mas destruí-lo em um momento como esse seria destruir o único organismo por meio do qual a classe trabalhadora vitoriosa pode exercer seu poder recém-conquistado...²⁰

Essa análise clara e estatista parece ser consistente com o programa proposto no *Manifesto*, especificamente a *Seção II* e sua plataforma política de tributação progressiva, serviços sociais universais, a abolição da herança, a formação de "exércitos industriais", o desenvolvimento "necessário" das forças produtivas e a centralização gradual de todos os meios de produção "nas mãos do Estado". Isso é, declaram os autores, apenas "o primeiro passo da revolução", em que "a classe trabalhadora deve elevar o proletariado à posição de classe dominante para vencer a batalha da democracia."²¹ "

Entretanto, junto com esse apelo do *Manifesto* para "vencer a batalha da democracia", começa a surgir uma ideia contraditória. Tendo em *A Ideologia Alemã* também se referido ao "Estado" como "a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante afirmam seus interesses comuns", Marx e Engels agora definem seu "estado revolucionário" como uma *condição* (pode-se dizer, um "estado" de coisas) em que o proletariado conseguiu se reconstituir como "a nova classe dominante".²² "

No século XIX, não era incomum usar a palavra "Estado" como sinônimo de "sociedade". É por isso que, nos primeiros anos do movimento anarquista, era possível encontrar anarquistas pedindo um "Estado anarquista". O *Programa da Fraternidade Internacional* (1868) de Mikhail Bakunin, por exemplo, rejeita o uso do Estado na revolução, apenas para pedir um "novo Estado revolucionário, organizado de baixo para cima por meio de delegação revolucionária"²³. Ao perceber a confusão que isso poderia causar, a prática foi rapidamente abandonada²⁴.

²⁰ Ibid.

²¹ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 6: Marx and Engels 1845-48*. Lawrence and Wishart: Londres. pp. 497-506

²² *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 6*. Ibid. p. 504

²³ Bakunin, M. (ed. Lehning, A.) 1973. *Mikhail Bakunin: Selected Writings*. Jonathan Cape: Londres. p. 172

²⁴ O principal teórico comunista anarquista, Peter Kropotkin, observou em 1896 que "Existe, como é sabido, a escola alemã [associada a Marx e ao socialismo de Estado em geral] que gosta de confundir o

Mas a ideia de Marx sobre o Estado revolucionário como "governo proletário" vai além da equiparação do Estado com a sociedade. Em vez disso, ela sugere uma nova teoria do Estado, que o define como um *ato* baseado em sua *função abstrata* para a classe exploradora, ou seja, a repressão de uma classe por outra ou, em outras palavras, a perpetuação do domínio de classe. Essa ideia de Estado claramente não é relevante para as reformas propostas na *Seção II* do *Manifesto*, ou para qualquer outra tentativa vaga e confusa de Marx e Engels de descrever sua "forma transitória" de poder dos trabalhadores. Ao contrário de suas muitas tentativas de fingir o contrário, não se segue que a rejeição do tipo de governo exigido pelo *Manifesto* implique a rejeição do "governo proletário". Marx e Engels, no entanto, continuariam a confundir os dois conceitos para defender sua teoria de um governo revolucionário transitório. Um exemplo disso é o discurso intitulado *Indiferença à Política* (1873), em que Marx usou a confusão em torno desses conceitos para criticar seus oponentes anarquistas:

Se a luta política da classe trabalhadora assume formas violentas, se os trabalhadores substituem sua ditadura revolucionária pela ditadura da classe burguesa... para satisfazer suas próprias necessidades cotidianas básicas e esmagar a resistência da burguesia, em vez de depor as armas e abolir o Estado, eles estão dando a ele uma forma revolucionária e transitória²⁵.

A abolição do Estado é, portanto, confundida com a rejeição da "forma violenta" do "governo proletário", porque Marx decidiu que sua nova definição é igualmente válida. Para Marx, o proletariado "elevado à posição de classe dominante" é *simultaneamente* "uma vasta associação de toda a nação" e um "poder público", que - até a abolição final das distinções de classe - *mantém* seu "caráter político".²⁶

Contradições semelhantes podem ser vistas na descrição de Marx da "máquina estatal" em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (1852). Aqui, o Estado é um aparato alienado e centralizador de "poder governamental", definido pelo desenvolvimento de infraestrutura e instituições públicas, bem como pela expropriação e gestão das relações de propriedade. No entanto, Marx lamenta que todas as revoluções

Estado com a Sociedade". - Kropotkin, P. 2018. *Modern Science and Anarchy [Ciência moderna e anarquia]*. AK Press: Chico, Oakland, Edimburgo e Baltimore. p. 234

²⁵ Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 95

²⁶ *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 6*. Ibid. p. 505

anteriores tenham "aperfeiçoado essa máquina em vez de quebrá-la", com as respectivas partes tendo "disputado sucessivamente a dominação, considerando a posse desse enorme edifício estatal como o principal despojo do vencedor."²⁷ "

Para complicar ainda mais esse quadro já complicado, há o fato de que, após a experiência da Comuna de Paris, Marx e Engels basicamente rejeitaram as prescrições descritas na *Seção II* do *Manifesto*. Em um prefácio à edição alemã de 1872, eles afirmam que essas passagens "seriam, em muitos aspectos, redigidas de forma muito diferente hoje", dadas as lições fornecidas por sucessivos experimentos revolucionários e pelo desenvolvimento adicional das forças produtivas²⁸ . Embora essa declaração conjunta levante a questão de por que Engels continuaria a citar a análise da *Seção II* sobre o Estado²⁹ , ela, no entanto, parece constituir uma ruptura importante de Marx com aqueles que continuam a se basear no programa *do Manifesto* e na lógica teórica subjacente.

II. O Marx maduro: Da Comuna à Crítica do Anarquismo

Quais foram, então, as lições da Comuna de Paris - e como elas influenciaram o desenvolvimento do marxismo? O prefácio reflexivo *do Manifesto* de 1872 faz com que Marx reitere uma de suas frases mais famosas de *A Guerra Civil na França* (1871), afirmando que "a classe trabalhadora não pode simplesmente se apossar da máquina estatal pronta e usá-la para seus próprios fins."³⁰ " Isso não só é diferente dos apelos anteriores à busca do poder político (seja por meios eleitorais ou insurrecionais), como também contradiz explicitamente a afirmação *pós-Comuna* de Engels sobre a necessidade de manejar o Estado como uma máquina "pronta", já que é o "único instrumento disponível para os trabalhadores". O famoso slogan também está em desacordo com a sugestão de Marx de que, em certos países, os meios parlamentares

²⁷ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 11: Marx and Engels 1851-53*. Lawrence and Wishart: Londres. p. 186

²⁸ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 23: Marx and Engels 1871-74*. Lawrence and Wishart: Londres. pp. 174-175

²⁹ Engels refere-se especificamente à *Seção II* como descritiva de sua visão e da de Marx (recentemente falecido). Consulte Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 172

³⁰ Ibid. p. 175. Para o uso original, consulte Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 22: Marx and Engels 1870-71*. Lawrence and Wishart: Londres. p. 328

podem ser suficientes para estabelecer o comunismo, bem como com sua insistência constante em que as organizações de trabalhadores competissem nas eleições. Após a expulsão de Bakunin da Internacional em 1872, Marx fez um breve discurso sobre essas questões, alertando os trabalhadores a rejeitarem as ideias revolucionárias dos anarquistas abstencionistas:

Um grupo se formou em nosso meio defendendo a abstenção dos trabalhadores da política... O trabalhador terá, algum dia, que conquistar a supremacia política para organizar o trabalho de acordo com novas linhas; ele terá que derrotar a velha política que apoia as velhas instituições, sob pena... de nunca ver seu reino na terra... Não negamos que existam países [como a América, a Inglaterra e, talvez, a Holanda] onde o povo trabalhador pode alcançar seu objetivo por meios pacíficos... também devemos reconhecer que, na maioria dos países continentais, é a força que terá de ser a alavanca de nossas revoluções...³¹

É irônico que Marx, ao confrontar o anarquismo, tenha sugerido que foram os anarquistas que depositaram qualquer esperança em uma revolução sem força. Embora Proudhon (que foi mais um *proto-anarquista* do que seu fundador genuíno) possa ser acusado de "indiferença à política" nesse sentido, isso simplesmente não é verdade em relação ao movimento anarquista que se seguiu. Bakunin e seus admiradores expressaram claro apoio à ação direta na forma de greves e insurreições como meio de obter reformas e se preparar para a revolução. Portanto, a frustração de Marx com a "indiferença à luta política" anarquista só pode ser entendida em termos de sua oposição ao abstencionismo parlamentar e ao poder dos trabalhadores por meio de conselhos, e não do Estado. Na verdade, Marx e Engels trabalharam incansavelmente para mudar as regras da Internacional, de modo que as seções anteriormente autônomas fossem forçadas a formar partidos políticos, competir em eleições e ocupar assentos no parlamento. Isso, segundo eles, era o fim do "poder político" ao qual os esforços da Internacional deveriam estar "subordinados".³²

³¹ Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism*. Ibid. pp. 84-85

³² Para dois dos melhores relatos históricos desses debates e eventos, consulte Graham, R. 2015. *We Do Not Fear Anarchy, We Invoke It: The First International and the Origins of the Anarchist Movement [A Primeira Internacional e as Origens do Movimento Anarquista]*. AK Press: Edinburgh, Oakland, Baltimore. bem como Eckhardt, W. 2016. *The First Socialist Schism (O Primeiro Cisma Socialista): Bakunin Vs. Marx in the International Workingmen's Association*. PM Press: Oakland.

Ainda assim, a análise de Marx sobre a insurreição de Paris parece romper com tudo isso. Ele exalta a aparente substituição do exército permanente e da polícia pelo "povo armado", bem como a substituição do governo constitucional tradicional (legislativos, executivos, judiciários etc.) por uma única assembleia democrática, composta por representantes sujeitos a convocação imediata. Ele elogia a implementação de um "salário do trabalhador" para todos os funcionários eleitos (agora incluindo aqueles que exercem funções judiciais), a eliminação da autoridade da igreja, a criação de um sistema educacional autônomo e a tomada dos meios de produção por várias associações de trabalhadores³³. Acima de tudo, Marx enfatiza o radicalismo da visão dos comunardos sobre o desenvolvimento futuro das revoluções:

os assuntos comuns [seriam administrados] por uma assembleia de delegados na cidade central, e essas assembleias distritais deveriam novamente enviar deputados para a Delegação Nacional em Paris, cada delegado podendo ser revogado a qualquer momento e vinculado ao *mandat impératif* (instruções formais) de seus constituintes³⁴.

Aqui temos Marx - o grande admirador da centralização - retornando às ideias de delegação de mandato e federalismo, aparentemente com elogios. Notavelmente, os rascunhos não publicados de *The Civil War in France* vão ainda mais longe em sua retórica libertária. No segundo rascunho, Marx se refere ao Estado como,

Essa enorme máquina governamental, que envolve como uma jiboia o corpo social real nas malhas onipresentes de um exército permanente, uma burocracia hierárquica, uma polícia obediente, um clero e uma magistratura servil³⁵.

Além disso, ele afirma que,

O proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diferentes facções rivais nas sucessivas horas de seu triunfo, simplesmente se apossar do órgão estatal existente e

³³ Como Graham observa, os comunardos mais radicais procuraram fazer disso a base da auto-organização revolucionária e constituíram uma tendência "mutualista e proto-sindicalista", influenciada pelo trabalho de Proudhon (e, em menor escala, de Bakunin). - *Nós não tememos a anarquia, nós a invocamos*. Ibid. p. 153

³⁴ *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 22*. Ibid. pp. 331-332

³⁵ *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 22*. Ibid. p. 533

usar essa agência pronta para seus próprios fins... O instrumento político de sua escravidão não pode servir como instrumento político de sua emancipação³⁶.

Vale a pena destacar que a frase final aqui é notavelmente semelhante a um comentário feito por Bakunin em sua crítica a Marx (e ao socialismo de Estado em geral) em *Statism and Anarchy* (1873):

Eles dizem que esse jugo estatal, essa ditadura, é um dispositivo de transição necessário para alcançar a liberação total do povo: a anarquia, ou liberdade, é o objetivo, e o Estado, ou ditadura, é o meio. Assim, para que as massas sejam libertadas, elas devem primeiro ser escravizadas³⁷.

O que devemos fazer com essas convergências? Como Marx não havia renunciado ao seu apelo para tomar o poder do Estado, sua admiração pelas aspirações mais radicais da Comuna de Paris (e a aparente condenação das características tipicamente entendidas como definidoras do Estado) implica um mero problema de semântica. Na leitura libertária de Marx, "o Estado" agora parece se referir *exclusivamente* ao "proletariado que se eleva à posição de classe dominante" - ou seja, o ato da revolução em si.

A Guerra Civil na França foi, de fato, interpretada dessa forma por muitos leitores, inclusive Bakunin, que a considerou uma manobra cínica. Em uma carta de 1872 para o Conselho Editorial do *La Liberte*, ele escreveu:

O efeito geral [da Comuna] foi tão marcante que os próprios marxistas, que viram todas as suas ideias serem abaladas pela revolta, viram-se obrigados a tirar o chapéu para ela. Eles foram ainda mais longe e proclamaram que o programa e o objetivo da Comuna eram os seus próprios, contrariando a lógica mais simples e seus próprios sentimentos verdadeiros. Essa foi uma mudança de roupa verdadeiramente farsesca, mas eles foram obrigados a fazê-la, por

³⁶ Ibid.

³⁷ Bakunin, M. 1990. *Statism and Anarchy [Estatismo e Anarquia]*. Cambridge University Press: Cambridge. p. 179

medo de serem ultrapassados e deixados para trás na onda de sentimentos que o levante produziu em todo o mundo³⁸.

Com certeza, embora Bakunin também tenha elogiado suas aspirações radicais, ele reconheceu que a Comuna ficou aquém do conceito anarquista de revolução³⁹. De fato, deve ser esclarecido aqui que muitos dos aspectos da revolução destacados por Marx não foram de fato realizados na Comuna. Marx escreveu seu discurso com informações limitadas sobre as realidades do levante. As medidas de maior alcance, como o federalismo radical, o uso de delegados com mandato revogável, a abolição da polícia etc., refletiam apenas as *propostas* dos comunardos mais radicais - os seguidores de Proudhon e os anarquistas coletivistas.

Em um artigo de 1929 para o *Die Aktion*, o teórico alemão Karl Korsch chamou a atenção de seus colegas marxistas para esse fato incômodo e endossou a avaliação de Bakunin de que isso representava uma inversão radical na retórica de Marx:

De fato, se analisarmos mais exatamente o programa político e os objetivos a serem alcançados propostos pelos dois fundadores do socialismo científico, Marx e Engels, não apenas no período anterior à insurreição da Comuna de Paris, mas também depois, não se pode afirmar que a forma de ditadura proletária realizada pela Comuna de Paris de 1871 estaria, em qualquer sentido particular, em harmonia com essas teorias políticas. De fato, o grande oponente de Marx na Primeira Internacional, Mikhail Bakunin, tinha a verdade histórica a seu favor nesse ponto, quando comentou sarcasticamente sobre o fato

³⁸ *Mikhail Bakunin: Selected Writings*. Ibid. p. 261

³⁹ Como Kropotkin escreve em *A Comuna de Paris* (publicado em três partes, em 1880, 1881 e 1882), posteriormente publicado como um capítulo em *Palavras de um Rebelde* (1885) A Comuna de 1871 não poderia ser nada além de uma primeira tentativa. Começando no final de uma grande guerra, cercada entre dois exércitos prontos para dar as mãos e esmagar o povo, ela não ousou seguir sem hesitação o caminho da revolução econômica. Não se declarou corajosamente socialista, nem prosseguiu com a expropriação do capital ou com a organização do trabalho. Nem mesmo fez um balanço dos recursos gerais da cidade. Tampouco rompeu com a tradição do Estado, do governo representativo, e não procurou realizar dentro da Comuna aquela organização do simples ao complexo que inaugurou fora, ao proclamar a independência e a livre federação das comunas... O povo enviou seus filhos dedicados à prefeitura. Lá, imobilizados em meio à burocracia, forçados a governar quando seus instintos os levavam a estar e agir entre o povo, forçados a discutir quando era necessário agir, a fazer concessões quando nenhuma concessão era a melhor política e, finalmente, perdendo a inspiração que só vem do contato contínuo com as massas, eles se viram reduzidos à impotência. Paralisados por seu afastamento da fonte revolucionária, o povo, eles próprios paralisaram a iniciativa popular." Kropotkin, P. (ed. McKay, I.) 2014. *Direct Struggle Against Capital: A Peter Kropotkin Anthology*. AK Press: Edimburgo, Oakland, Baltimore. pp. 441-446. Foram feitos pequenos ajustes nesta tradução para incluir palavras adicionais da edição *da Freedom Pamphlets*.

de Marx ter anexado a Comuna de Paris retrospectivamente... As ideias revolucionárias dos comunardos de Paris de 1871 derivam em parte do programa federalista de Bakunin e Proudhon, em parte do círculo de ideias dos jacobinos revolucionários que sobreviveram no blanquismo e apenas em um grau muito pequeno no marxismo⁴⁰.

Apesar disso, aqueles que defendem suas credenciais libertárias rotineiramente citam passagens de *A Guerra Civil* como indicativo de uma mudança teórica geral na análise de Marx sobre o Estado. De fato, poucos outros textos são citados pelos marxistas libertários sobre a questão da estratégia revolucionária. Outros desvios do marxismo ortodoxo se baseiam em material que permaneceu escondido em cadernos, quando não foi ativamente suprimido pelas principais figuras do movimento marxista⁴¹.

Assim como no *Manifesto*, precisamos lidar com alguns comentários de Marx que complicam ainda mais a interpretação libertária. Cartas particulares do período indicam que Marx e Engels não haviam abandonado sua preferência pelo centralismo ou a visão de sua necessidade na revolução social. Escrevendo para seu amigo Louis Kugelmann em 12 de abril (antes da derrota da Comuna), Marx diz que o "Comitê Central da Guarda Nacional entregou seu poder cedo demais para abrir caminho para a Comuna". Ironicamente, a Guarda Nacional - efetivamente um conselho de soldados - incorporou os princípios da Comuna de controle de base muito mais eficazmente do que

⁴⁰ Korsch, K. (ed. Kellner, D.) 1974. *Karl Korsch: Revolutionary Theory*. University of Texas Press: Austin. p. 207

⁴¹ Um exemplo é a *Crítica de Marx ao Programa de Gotha* (1875), uma importante articulação de Marx sobre o conteúdo do comunismo e a necessidade de evitar a retórica reformista, mas não um documento útil para entender a teoria de Marx sobre o Estado como um instrumento da revolução. Outro é a **análise*** de Marx sobre o potencial revolucionário do campesinato russo. Ambos foram originalmente escritos como cartas particulares e, posteriormente, suprimidos por seus destinatários ou pelas principais "autoridades" do movimento.

*O rascunho final bastante curto da *Carta a Vera Zasulich* (1881) tem sido usado pelos marxistas libertários para sugerir uma ruptura com a insistência anterior na necessidade de desenvolver forças produtivas sob o capitalismo na forma política de uma república democrática como uma pré-condição necessária para a revolução. Em outras palavras, os marxistas ortodoxos argumentavam que uma sociedade deveria primeiro passar por um período de produção capitalista para chegar ao socialismo. Essa foi uma importante fonte de justificativa teórica para a política de industrialização bolchevique e para o tratamento brutal do campesinato, e também levou a posições reacionárias em relação aos povos indígenas. No entanto, rascunhos anteriores da carta sugerem que Marx acreditava que isso seria possível na Rússia apenas devido ao nível de desenvolvimento internacional. Sendo assim, somente uma revolução global poderia poupar a Rússia do destino de passar por uma fase capitalista. Para obter detalhes, consulte: Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 24: Marx and Engels 1874-83*. Lawrence and Wishart: Londres. pp. 346-371. Para uma discussão informativa sobre essa questão, consulte: Chattopadhyay, P. 2018. *Socialism and Commodity Production (Socialismo e produção de mercadorias): Essay in Marx Revival*. Haymarket Books: Chicago. pp. 232-248

a própria Comuna⁴². No entanto, Marx acreditava que a Comuna era uma assembleia de delegados nomeados pelos trabalhadores de Paris. Sua rejeição à ação da Guarda Nacional foi, em vez disso, uma crítica à escrupulosidade "honrosa" que obstruía uma estratégia de guerra civil revolucionária⁴³. De forma mais explícita, a carta de Engels a Carlo Terzaghi (redigida em 6 de janeiro de 1872) argumenta:

Se tivesse havido um pouco mais de autoridade e centralização na Comuna de Paris, ela teria triunfado sobre os burgueses. Depois da vitória, podemos nos organizar como quisermos, mas, para a luta, parece-me necessário reunir todas as nossas forças em um único grupo e direcioná-las para o mesmo ponto de ataque. E quando as pessoas me dizem que isso não pode ser feito sem autoridade e centralização, e que essas são duas coisas que devem ser condenadas de imediato, parece-me que aqueles que falam assim ou não sabem o que é uma revolução, ou são revolucionários apenas no nome⁴⁴.

A história da Primeira Internacional de Robert Graham, *We Do Not Fear Anarchy, We Invoke It*, faz outra observação importante sobre a *Guerra Civil na França*. Marx declara repetidamente a necessidade de *destruir* a "máquina estatal pronta", mas isso é diferente de destruir o Estado como *forma organizacional* e construir *novas formas* de poder dos trabalhadores. Marx e Engels eram defensores constantes das repúblicas democráticas, e a máquina que eles desejavam ver destruída eram as burocracias prontas dos governos despóticos da Europa. Portanto, como sugere Graham, as palavras de Marx devem ser interpretadas como um apelo para substituir o Estado existente por um *novo* (embora democrático), no sentido de *um aparato governamental existente acima da sociedade*. Para Marx, era a *administração comunal* que "serviria como uma alavanca" na abolição da sociedade de classes⁴⁵. Marx apresenta a Comuna como uma assembleia de delegados, responsável por alguma forma de mandato, mas é em termos de um Conselho eleito que ele descreve o processo de transformação das relações de produção. Essa responsabilidade não é atribuída aos próprios trabalhadores

⁴² Ness, I. & Azzellini, D. 2011. *Ours to Master and to Own: Workers' Control From the Commune to the Present* [Nosso para Dominar e Possuir: Controle dos Trabalhadores da Comuna até o Presente]. Haymarket Books: Chicago. pp. 34-35

⁴³ Marx, K. & Engels, F. 2010. *Marx and Engels Collected Works, Volume 44: Letters 1870-73*. Lawrence and Wishart: Londres. p. 132

⁴⁴ Ibid. p. 293

⁴⁵ *Não tememos a anarquia, nós a invocamos*. Ibid. pp. 153-154

parisienses⁴⁶, que, por meio de seus clubes e associações populares, estavam tentando chegar a uma política de controle dos trabalhadores e a novas formas de auto-organização. O próprio Marx observa esses fatos, mas não dá grande ênfase a eles⁴⁷.

Portanto, parece que temos um quadro contraditório da visão de Marx sobre o Estado, tanto ao longo do tempo quanto em obras específicas. De fato, um ano após a Comuna, Marx e Engels divulgaram um ataque contundente a Bakunin e aos anarquistas, acusando-os de se envolverem em fantasias ridículas ou em semântica desonesta. Marx e Engels afirmaram que não eram mais "estatistas" do que os anarquistas e que, na medida em que os anarquistas acreditavam na derrubada forçada do capitalismo, eles também eram "autoritários" (o que o torna um insulto sem sentido quando usado no sentido depreciativo)⁴⁸. Vale a pena comparar a ode amplamente lida de Marx à Comuna de Paris com o resumo depreciativo da visão anarquista:

[A comuna anarquista] convida [os outros] a se reorganizarem de forma revolucionária e, em seguida, a enviarem seus deputados responsáveis e revogáveis, investidos de seus mandatos imperativos, para um local acordado, onde estabelecerão uma federação de associações insurgentes... uma *força* revolucionária capaz de triunfar sobre a reação... Assim, nessa organização anarquista... temos primeiro o Conselho da Comuna, depois os comitês executivos que, para serem capazes de fazer qualquer coisa, devem ser investidos de algum poder e apoiados por uma força policial; isso deve ser seguido por nada menos que um *parlamento* federal... Assim como o Conselho da Comuna, esse parlamento terá que atribuir o *poder*

⁴⁶ Essas palavras lembram a insistência de Marx de que a libertação do proletariado seria um ato de autoemancipação, realizado pelos "próprios trabalhadores". Isso foi articulado pela primeira vez por Marx nas *Regras Gerais da Internacional* (1864), posteriormente adaptado na *Crítica do Programa de Gotha* e incluído por Engels nos prefácios de 1888 e 1890 do *Manifesto Comunista*. Para obter detalhes, consulte Draper, H. 1971. "The Principle of Self-Emancipation in Marx and Engels" [O Princípio da Auto-Emancipação em Marx e Engels]. *The Socialist Register*, 1971. 81-109

⁴⁷ *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 22*. Ibid. p. 339

⁴⁸ O uso mais infame desse argumento - que essencialmente replica a análise marxista do Estado - pode ser encontrado em *On Authority* (1872), de Engels. Aqui a "autoridade" é equiparada à força (que os anarquistas apoiam, vendo-a como um ato de libertação das relações sociais autoritárias) e também justificada dentro das instituições políticas e econômicas (às quais os anarquistas se opõem). Confundindo os dois (autoridade como força, autoridade como controle especializado sobre os produtores), encontramos novamente a acusação de que os anarquistas são indistinguíveis dos socialistas de Estado ou acreditam que a revolução social pode ser realizada sem confrontar o capital e o Estado. Para um breve resumo das definições conflitantes de "autoridade", veja: *The First Socialist Schism*. Ibid. pp.142-145

executivo a um ou mais *comitês* que, apenas por esse ato, receberão um caráter autoritário que as demandas da luta acentuarão cada vez mais⁴⁹.

Como resultado, eles afirmam que a alternativa anarquista ao socialismo de Estado constitui,

uma reconstrução perfeita de todos os elementos do "Estado autoritário"; e o fato de chamarmos essa máquina de "comuna revolucionária organizada de baixo para cima" faz pouca diferença⁵⁰.

Assim, a avaliação de *The Civil War in France* sobre a Comuna como uma alternativa ao "estado político" parece ter sido quase totalmente negada. Ao mesmo tempo, Marx e Engels sugerem que o "estatismo" anarquista é evidente no fato de que qualquer federação proposta de associações de trabalhadores exigiria força para atingir seus objetivos. Além disso, eles afirmam que a coordenação dos esforços dessas associações levaria inevitavelmente ao exercício do poder por uma "autoridade" central, exigindo uma força policial, entre outras características do Estado. A crítica de Marx e Engels traz à mente algumas palavras de Lênin, que - incrivelmente - ele considerou como uma defesa do marxismo, e não do anarquismo:

[Eles simplesmente não conseguem conceber a possibilidade de centralismo voluntário... da fusão voluntária das comunas proletárias, com o objetivo de destruir o domínio burguês... Como todos os filisteus, [eles] imaginam o centralismo como algo que pode ser imposto e mantido apenas de cima para baixo, e apenas pela burocracia e pela camarilha militar⁵¹.

⁴⁹ Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism*. Ibid. pp. 110-111. Ênfase no original.

⁵⁰ Ibid. p. 111. Esses trechos foram extraídos de *The Alliance of Socialist Democracy and the International Working Men's Association: Report and Documents Published by Decision of the Hague Congress of the International* (1873), um panfleto faccional escrito em colaboração com o genro de Marx, Paul Lafargue. Incluí aqui as passagens mais relevantes, já que grande parte da crítica é erroneamente dirigida a obras falsamente atribuídas a Bakunin. Para obter detalhes sobre sua verdadeira autoria, consulte: Leier, M. 2006. *Bakunin: The Creative Passion*. St Martin's Press: New York. pp. 206-210

⁵¹ Lênin, V. I. 1964. *Collected Works: Volume 25: Junho-Setembro de 1917*. Progress Publishers: Moscou. p. 430. A citação original é dirigida a Eduard Bernstein em *State and Revolution*.

III. Definições do Estado: A ofuscação marxista e o desafio anarquista

Uma leitura atenta do material analisado até o momento demonstra um uso fluido e triplo da palavra "Estado":

1. Como um mero sinônimo de "sociedade"; um "estado" de coisas. (por exemplo, um estado ou sociedade capitalista em oposição a um estado ou sociedade comunista).
2. Refere-se à organização do governo de classe. Em um contexto socialista, isso equivale ao *ato da revolução em si*; uma população armada que realiza ativamente uma transformação das relações sociais por meio da expropriação dos meios de produção. Isso supostamente estabelece o proletariado como "a nova classe dominante".
3. Para indicar o aparato governamental específico situado acima da sociedade, que mantém as relações de classe por meio de seus vários instrumentos de coerção: o legislativo, o executivo, o judiciário, o exército, a polícia, as prisões, os canais de informação, as escolas etc.

A aplicação do mesmo termo a três conceitos extremamente diferentes tornou-se extremamente útil, e até mesmo central, para a estratégia de Marx e Engels de estabelecer sua influência teórica sobre a Internacional. Ao transitar entre as várias definições conforme necessário, isso permitiu que eles combatessem com eficácia as acusações de "autoritarismo" (ou seja, a utilização de métodos estatistas "de cima para baixo") e, ao mesmo tempo, desacreditassem o anarquismo aos olhos do movimento dos trabalhadores como desonesto ou contrarrevolucionário⁵². Lênin, como a maioria dos marxistas, também é culpado disso. Veja, por exemplo, esta passagem de *Estado e Revolução*:

Depois de derrubar o jugo dos capitalistas, os trabalhadores deveriam "depor suas armas" ou usá-las contra os capitalistas para esmagar sua

⁵² Dada a trajetória da Revolução Russa, bem como as referências em *Estado e Revolução* à necessidade "transitória" de "instituições representativas", "subordinação" e "burocracia", os anarquistas não podem simplesmente descartar isso como uma questão semântica. Além disso, deve-se lembrar que a "vanguarda proletária" teria necessariamente - como Bakunin observou corretamente - constituído uma minoria em grande parte do mundo, mesmo na época da Revolução Russa (e certamente dentro da própria Rússia).

resistência? Mas o que é o uso sistemático de armas por uma classe contra outra se não uma "forma transitória" de estado? ⁵³

A resposta anarquista seria que isso *não constitui* uma "forma transitória de estado". Pelo contrário, é um uso libertário da força. Para ser um "Estado", ele precisaria ser um aparato específico e alienado de governo que gerencia e reproduz os antagonismos da sociedade de classes. Em vez disso, é a revolução social em andamento; a transformação auto-organizada das relações de produção e sua defesa vigorosa pelos trabalhadores em armas.

Os principais teóricos e organizações políticas do anarquismo têm sido claros em aceitar apenas a terceira definição de Marx e Engels. Para os anarquistas, o Estado é um conjunto concreto e territorial de instituições que reivindicam o único direito legítimo de criar leis e aplicá-las. Ao discutir o "sistema governamental" do Estado, Proudhon se refere ao investimento da autoridade na "centralização administrativa" e ao exercício dessa autoridade por meio da "hierarquia judicial [e] da polícia". Para "países nos quais o princípio democrático se tornou predominante", também se poderia esperar um sistema constitucional de poderes compartilhados - povoado por representantes eleitos, responsáveis pela promulgação de leis (normalmente por meio da regra da maioria) - e uma burocracia que supervisiona a cobrança de impostos⁵⁴. Para Bakunin, o Estado consiste nos ramos do governo (legislativo, executivo, judiciário, etc.) dentro de fronteiras definidas, impondo "a consagração jurídica do privilégio" por meio da "Igreja, Universidade, Tribunal de Justiça, Burocracia, Tesouro, Polícia e Exército". Eles são, juntos, "autoridade, dominação e força, organizados pelas classes proprietárias e pelas chamadas classes esclarecidas contra as massas de lá."⁵⁵ Como exemplo final, o livro *The State: Its Historic Role* (1896), de Peter Kropotkin, publicado posteriormente em *Modern Science and Anarchy* (1914), resume a definição anarquista da seguinte forma

[O Estado] não inclui apenas a existência de um poder colocado acima da sociedade, mas também uma concentração territorial e uma concentração de muitas funções na vida das sociedades nas mãos de

⁵³ Ibid. p. 436

⁵⁴ Proudhon, P. J. 1989. *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century [Ideia Geral da Revolução no Século XIX]*. Pluto Press: Londres. p 242

⁵⁵ Bakunin, M. (ed. Cutler, R. M.). 1992. *The Basic Bakunin: Writings 1869-1871*. Prometheus Books: Nova York. pp. 140-121

poucos. Ele implica algumas novas relações que não existiam antes da formação do Estado. Todo um mecanismo de legislação e de policiamento é desenvolvido para submeter algumas classes ao domínio de outras classes⁵⁶.

A compreensão anarquista do Estado é, portanto, perfeitamente clara, ao contrário da marxista. Uma articulação particularmente concisa da análise incoerente de Marx pode ser encontrada em seu *Conspectus of Bakunin's Statism and Anarchy* (1874), uma série de notas particulares escritas nas margens do livro de Bakunin de 1873. Nessa obra, Bakunin considerou o argumento de Marx e Engels de que o estado revolucionário "[seria] nada mais do que 'o proletariado elevado ao nível de uma classe dominante'". Em resposta, ele perguntou: "Se o proletariado deve ser a classe dominante... então quem ele governará?":

Deve haver ainda um novo proletariado que estará sujeito a essa nova regra, a esse novo estado... O que significa "o proletariado elevado a uma classe governante"? Todo o proletariado chefeará o governo? Os alemães são cerca de 40 milhões. Todos os 40 milhões serão membros do governo? A nação inteira governará, mas ninguém será governado. Então não haverá governo; não haverá Estado...⁵⁷

Marx rejeitou a crítica anarquista de Bakunin com considerável desprezo, declarando-a como "bobagem de colegial!"⁵⁸ Ao expandir sua concepção de "o proletariado como classe dominante", ele primeiro afirma que isso se refere apenas ao "uso coletivo da força" (o "*emprego de medidas coercitivas, ou seja, governamentais*") contra "inimigos e a antiga organização da sociedade", que "não desapareceria como

⁵⁶ *Modern Science and Anarchy (Ciência moderna e anarquia)*. Ibid. p. 234

⁵⁷ *Statism and Anarchy (Estatismo e Anarquia)*. Ibid. pp. 177-178. Aqui, Bakunin faz eco à análise apresentada por Proudhon, que, em *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century [Ideia geral da revolução no século XIX]* (1851), afirmou "Se todo o povo, reivindicando a soberania, assume o governo, procura-se em vão onde estarão os governados... onde estarão os produtores...? Devemos chegar à última hipótese, aquela em que o Povo entra no Governo em massa e exerce todos os ramos do Poder; na qual ele é sempre unânime e não tem acima de si nem presidente, nem representantes, nem deputados, nem país legislado, nem maioria... se o Povo, assim organizado para o Poder, não tem nada acima dele, o que, eu pergunto, ele tem abaixo?... onde estão os trabalhadores? Você responderá que o Povo é tudo ao mesmo tempo, que produz e legisla ao mesmo tempo, que o Trabalho e o Governo estão unidos nele? É impossível... a razão da existência do governo é a divergência de interesses... Quando a massa do povo se torna o Estado, o Estado não tem mais razão para existir, já que não há mais povo, a equação governamental se reduz a zero." *Ideia Geral da Revolução*. Ibid. pp. 158-161

⁵⁸ *Marx, Engels, Lênin: Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 148

resultado da chegada [do proletariado] ao poder.⁵⁹ " Em termos simples, o "estado proletário" se manifesta em qualquer caso em que o proletariado "tenha adquirido força suficiente e esteja suficientemente bem organizado para empregar meios gerais de compulsão" na supressão de seus antigos senhores⁶⁰ . É isso, e não qualquer forma específica de organização social, que naturalmente "murcharia" após o desaparecimento da luta de classes (ou seja, a vitória dessa revolução)⁶¹ . Além disso, ao responder à pergunta de Bakunin sobre "todos os 40 milhões de alemães serem membros do governo", Marx responde que esse é "certamente" o caso, "pois a coisa começa com o autogoverno da comuna."⁶² " Quanto ao "chefe do governo", Marx retruca:

E todos estarão no topo da construção de Bakunin, construída de baixo para cima? De fato, não haverá abaixo, então⁶³ .

Essa noção de Estado - embora seja chamada de forma inútil - está, até o momento, *totalmente alinhada com a concepção anarquista de revolução*. As possíveis contradições só surgem nas anotações de Marx quando ele introduz referências a gerentes eleitos e comitês executivos de sindicatos:

Em um sindicato, por exemplo, todo o sindicato constitui o comitê executivo? Será que toda a divisão de trabalho em uma fábrica desaparecerá e também as várias funções decorrentes dela? ⁶⁴

Como foi apontado por Alan Carter em *Marx: A Radical Critique*, essa é uma refutação extremamente fraca da parte de Marx, pois não dá importância à natureza do

⁵⁹ Ibid. p. 147

⁶⁰ Ibid. p. 149

⁶¹ "Withers away" é uma das duas traduções populares do famoso texto de Engels, *Anti-Duhring* (1878) (a outra é "dies out"). Vale a pena citar o texto completo (aqui, a versão "murcha"), pois ele resume muitas das contradições e deturpações exploradas nesse panfleto: "O primeiro ato em que o Estado realmente se apresenta como representante da sociedade como um todo - a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo seu último ato independente como Estado. A interferência do poder estatal nas relações sociais torna-se supérflua em uma esfera após a outra, e então cessa por si mesma. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido", ele murcha. É desse ponto de vista que devemos avaliar a frase "estado do povo livre" - tanto sua justificativa, às vezes, para fins agitacionais, quanto sua inadequação científica final - e também a exigência dos chamados anarquistas de que o estado deveria ser abolido da noite para o dia." Engels, F. 1939. *Biblioteca Marxista: Works of Marxism - Leninism Volume XVIII: Herr Eugen Duhring's Revolution in Science (Anti-Duhring)*. New York International Publishers: Nova York. p. 315

⁶² Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 150

⁶³ Ibid. p. 149

⁶⁴ Ibid.

"comitê executivo" - ou seja, se o comitê funciona como uma assembleia de delegados mandatados ou como representantes autônomos⁶⁵. O registro do sindicalismo oficial a serviço dos interesses do capital e do Estado, em detrimento da luta das bases, deveria ser suficiente para constranger os marxistas que leem o *Conspectus* hoje.

É provável que a questão do delegado-representante esteja no centro da disputa entre Bakunin e Marx sobre a organização política e, portanto, uma diferença fundamental nas teorizações marxistas e anarquistas do Estado. Como vimos, as referências de Marx ao modelo apropriado de organização para a luta revolucionária são contraditórias e apresentam pouca discussão sobre as práticas de tomada de decisão. Os anarquistas, entretanto, há muito enfatizam a unidade necessária entre meios e fins, tanto em termos de atividade prática quanto de estrutura organizacional. Pierre-Joseph Proudhon, ao contrário de Marx, defendeu publicamente o uso de "mandato imperativo... e revogabilidade permanente" como uma alternativa libertária à representação estatista. Como observa Robert Graham:

O uso de delegados revogáveis com mandatos imperativos foi continuado pelos seguidores de Proudhon e outros antiautoritários na Internacional [enquanto] Marx e seus aliados favoreciam o uso de representantes que eram livres para apoiar posições políticas contrárias às opiniões das pessoas que eles diziam representar⁶⁶.

Essa discordância entre as facções em torno de Bakunin e Marx foi trazida à tona durante a tentativa de impor políticas eleitorais às seções comprometidas com a abstenção. As seções antiautoritárias da Internacional argumentaram (de acordo com os insights teóricos de Bakunin) que as organizações de luta dos trabalhadores não poderiam reproduzir a estrutura do Estado ou tentar assumir sua função institucional, dado o papel do Estado na reprodução da sociedade de classes⁶⁷.

⁶⁵ Carter escreve: "Isso pode ter parecido a Marx, há um século, uma réplica satisfatória, mas dificilmente o será hoje. Na infância dos sindicatos, que é tudo o que Marx conhecia, a possibilidade de os executivos de um sindicato se separarem dos membros comuns pode não ter parecido a ele um resultado provável. No entanto, temos atrás de nós uma longa história de líderes sindicais que se "venderam" e ficaram fora de contato com seus membros. O tempo demonstrou habilmente que rejeitar os temores de Bakunin com base na prática dos dirigentes sindicais constitui uma complacência lamentável com relação ao poder e aos privilégios - uma complacência que deu muitos frutos na forma dos atuais partidos marxistas e sociedades 'comunistas'." Carter, A. 1988. *Marx: A Radical Critique*. Westview Press: Boulder. pp. 217-218

⁶⁶ *Não tememos a anarquia, nós a invocamos*. Ibid. pp. 35-36

⁶⁷ Ibid. pp. 145-146, 168-194

Engels fornece a rejeição mais explícita da insistência anarquista em uma unidade necessária entre meios e fins em sua resposta de 1872 a Bakunin em *Der Volksstaat*:

Nós, alemães, ganhamos uma má fama por nosso misticismo, mas nunca fomos tão longe nesse misticismo. A Internacional deve ser o protótipo de uma sociedade futura na qual não haverá execuções à la Versalhes, nem cortes marciais, nem exércitos permanentes, nem inspeção de correspondência privada, nem tribunal criminal de Brunswick! Neste exato momento, quando temos que nos defender com todos os meios à nossa disposição, o proletariado é instruído a se organizar não de acordo com as exigências da luta... mas de acordo com as vagas noções de uma sociedade futura entretida por alguns sonhadores⁶⁸.

Marx juntou-se ao seu camarada para ridicularizar a noção de que aqueles que lutavam contra a revolução eram capazes de se autogovernar. Referindo-se à noção de Bakunin de uma "federação das barricadas", eles escreveram:

... barricadas estranhas, essas barricadas dos [anarquistas], onde, em vez de lutar, eles gastam seu tempo escrevendo mandatos...⁶⁹

No entanto, vamos, para fins de argumentação, dar a Marx e à interpretação libertária do *Conspectus* o benefício da dúvida. Isso levanta a questão de qual *é, de fato*, a crítica marxista ao anarquismo. Se a comuna ou o conselho é uma assembleia de delegados mandatados, na qual as organizações autogeridas da classe trabalhadora não são governadas por ninguém de cima; se "o Estado" se refere meramente aos esforços coordenados (ou "centralizados") dessas associações livres para expropriar os meios de produção e defender essa transformação das relações sociais, somos forçados a concluir que Marx e Bakunin eram simultaneamente *anarquistas e estatistas*. A precisão de qualquer uma dessas descrições depende simplesmente da definição de "Estado" que é aplicada. É somente ao projetar uma de suas próprias definições escolhidas de Estado na teoria anarquista que Marx é capaz de afirmar isso,

⁶⁸ Marx, Engels, Lênin: *Anarchism and Anarcho-Syndicalism*. Ibid. pp. 62-63

⁶⁹ Ibid. p. 110

[Ao se recusar a] empregar meios que serão descartados após a libertação, [o Sr. Bakunin] conclui que o proletariado deve preferir não fazer nada e esperar pelo dia da liquidação universal⁷⁰.

Fica a critério do leitor determinar se intelectuais tão sérios como Marx e Engels poderiam ter interpretado de forma tão equivocada a literatura anarquista. Um comentário importante no *Conspectus*, deve ser observado, não indica nenhum mal-entendido. Marx "corrige" a afirmação de Bakunin de que os marxistas entendem que um governo revolucionário consiste em "governar o povo por meio de um pequeno número de representantes eleitos pelo povo", afirmando que essa é a visão de Bakunin, e não a sua. Marx prossegue explicando que "a natureza das eleições" mudaria com a transformação de sua "base econômica". Como resultado, ele afirma que, em tais circunstâncias,

(1) as funções do governo não existem mais; (2) a distribuição das funções gerais se torna uma questão rotineira e não implica nenhuma dominação; (3) as eleições perdem completamente seu caráter político atual.

Esse reconhecimento de Marx de que Bakunin tinha *definições diferentes de Estado* sugere outros motivos, menos inocentes, para suas deturpações.

Na falta de uma análise suficientemente materialista da forma do Estado, Marx interpreta a rejeição de Bakunin a todos os Estados como a rejeição de uma "abstração".⁷¹ Mas para os anarquistas, o Estado nunca foi entendido nesses termos. Em vez disso, o movimento simplesmente levou a sério o entendimento socialista comum sobre a origem e a função histórica do Estado. Como resultado, ele argumentou que o Estado não pode ser o veículo pelo qual as relações sociais capitalistas são derrubadas. Para Marx e Engels, as distinções de classe teriam de ser abolidas antes que seu "Estado revolucionário" vagamente definido pudesse ser eliminado. E, no entanto, ao mesmo tempo, eles também parecem concordar que o Estado existe para regular as relações sociais da sociedade de classes, seus processos de acumulação e que sua

⁷⁰ Ou, como ele e Engels afirmam repetidamente, os anarquistas "[ou] não sabem do que estão falando" ou sabem e, em vez disso, estão pedindo explicitamente que os trabalhadores "deponham as armas", em vez de lutar. - *Obras Coletadas de Marx e Engels, Volume 23*. Ibid. p. 425.

⁷¹ Marx escreve: "Assim, não é o Estado Bonapartista, o Estado Prussiano ou Russo que precisa ser derrubado, mas um Estado abstrato, o Estado como tal, um Estado que não existe em lugar algum." *Marx, Engels, Lênin: Anarchism and Anarcho-Syndicalism [Anarquismo e Anarcossindicalismo]*. Ibid. p. 108

existência contínua pressupõe a perpetuação das distinções de classe dentro do modo de produção. Essa análise levou Bakunin a observar que qualquer Estado revolucionário que pretenda consistir de "trabalhadores" consistirá, em vez disso, de "antigos trabalhadores". Por sua vez, Marx respondeu que um trabalhador que se tornou representante não deixa de ser um trabalhador, assim como "um fabricante deixa de ser um capitalista ao se tornar um vereador."⁷² "

Aqui, e em todas as suas obras coletadas, Marx e Engels parecem esquecer que o proletariado é definido por sua posição de classe no modo de produção existente, e que o Estado não é um instrumento neutro dentro desse arranjo. Ao se apoderar de qualquer parte da máquina do Estado, o fabricante, de fato, continua a ocupar uma posição estrutural dentro da administração dos produtores e do capital. Essa é, no entanto, uma posição que o proletariado, por definição, não tem. É claro, então, que a observação de Bakunin segue logicamente; que um trabalhador é encarregado da gestão e da perpetuação da sociedade de classes ao entrar em um aparato projetado para esse fim e que não pode funcionar sem o controle sobre a vida econômica da sociedade. Dessa forma, Proudhon concluiu em *System of Economic Contradictions* (1846) que o estado moderno, "[criado] para servir como mediador entre o trabalho e o privilégio, encontra-se inevitavelmente acorrentado ao capital e dirigido contra o proletariado"⁷³ . Bakunin, concordando com a natureza das instituições políticas, declarou de forma semelhante que,

por sua própria natureza e sob a ameaça de autodestruição, [o Estado] deve inexoravelmente e a todo custo lutar pela realização de seus objetivos, independentemente ou até mesmo contra a vontade [daqueles] que o exercem⁷⁴ .

Em uma sociedade em que a propriedade permanece nas mãos de uma classe distinta de proprietários, a razão para isso é perfeitamente clara. Como Errico Malatesta afirma em seu panfleto, *Anarchy* (1891):

Com [a propriedade privada] vem a divisão dos dois tipos de poder, o das pessoas que controlam a força coletiva da sociedade e o dos

⁷² Ibid. p. 151

⁷³ Proudhon, P. J. 2019. *System of Economic Contradictions [Sistema de Contradições Econômicas]: Or, The Philosophy of Misery*. Anodos Books: Whithorn. p. 189

⁷⁴ *Statism and Anarchy (Estatismo e Anarquia)*. Ibid. p. 195

proprietários, dos quais esses governantes se tornam essencialmente dependentes, porque os proprietários comandam as fontes da referida força coletiva... Como poderia ser diferente? Se o governo chegasse ao ponto de se tornar hostil, se a esperança de democracia fosse mais do que uma ilusão que engana o povo, a classe proprietária, ameaçada em seus interesses, se rebelaria imediatamente e usaria toda a força e influência que advêm da posse da riqueza para reduzir o governo à simples função de policial⁷⁵.

Entretanto, o controle direto do Estado sobre a produção também não consegue alterar fundamentalmente as relações de produção. Como Malatesta observa em um artigo intitulado *O Estado Socialista* (1897):

Quando Friedrich Engels afirmou, talvez para se defender da crítica anarquista, que uma vez que as classes tenham desaparecido, o Estado por se não tem mais razão de ser e passa do governo dos homens para a administração das coisas, ele estava apenas brincando com as palavras. Quem tem domínio sobre as coisas, tem domínio sobre os homens; quem governa a produção, governa o produtor⁷⁶.

Além disso, como bem observa a *Anarquia* de Malatesta, a natureza do Estado é a de uma instituição política alienada, com o poder de criar e impor leis. Isso significa que, independentemente de todos os outros fatores, ele exige um grau mínimo de capacidade coercitiva e a capacidade de se reproduzir. Portanto, segue-se que,

Os principais instrumentos característicos e indispensáveis [do Estado] são o oficial de justiça e o coletor de impostos, o soldado e a prisão⁷⁷.

⁷⁵ Malatesta, E. (ed. Turcato, D.). 2014. *The Method of Freedom: An Errico Malatesta Reader*. AK Press: Edimburgo, Oakland, Baltimore, Chico. pp. 116-118

⁷⁶ Malatesta, E. 2017. (ed. Turcato, D.). *The Collected Works of Errico Malatesta, Volume III, "A Long and Patient Work...": O socialismo anarquista de L'agitazione, 1897-1898*, AK Press: Edimburgo, Oakland, Baltimore, Chico. p. 123

⁷⁷ *O método da liberdade*. Ibid. p. 118

Conclusões

Embora Marx pretendesse dedicar um volume inteiro de O Capital para desenvolver sua análise do Estado⁷⁸, apenas o primeiro volume foi concluído em sua vida, sendo que os dois restantes foram reunidos postumamente por Engels a partir de vários cadernos⁷⁹. Como resultado, ficamos com referências dispersas ao assunto que revelam uma concepção contraditória e mutável de sua definição, função no capitalismo e papel no processo de revolução social. Neste panfleto, argumentei que, à parte a crítica inicial a Hegel, a estratégia política do jovem Marx era fundamentalmente estatista. No entanto, isso se complicou mais tarde com o material inspirado na Comuna de Paris, alguns dos quais dão a aparência de uma abordagem muito mais libertária. Nesse trabalho, Marx reformula o Estado como um conceito abstrato, como um *ato* de revolução, ou defende a construção de um novo tipo de "Estado".⁸⁰ Embora a descrição dessa forma "transitória" fosse muitas vezes vaga e contraditória, o estatismo democrático de Marx e Engels permaneceu fundamentalmente diferente das distorções que a maioria dos "marxistas" em todo o mundo viria a defender⁸¹.

Independentemente dos desenvolvimentos libertários, Marx e Engels permaneceram hostis ao anarquismo durante toda a vida e organizaram a Internacional de forma hierárquica para combater sua influência dentro do movimento. Eles alternavam entre rejeitar as acusações anarquistas de "autoritarismo" como infundadas e deturpar a teoria anarquista de modo a obscurecer as diferenças entre os dois movimentos. A utilidade dessa abordagem é clara, pois uma representação precisa da posição anarquista esclarece a contradição central da teoria do Estado de Marx, que está sempre evoluindo (e, em última análise, não foi refinada). Em última análise, ou a posição marxista se torna virtualmente idêntica em substância à própria ideologia que

⁷⁸ As anotações de Marx indicam que um volume não escrito de O Capital foi planejado para ser inteiramente dedicado a uma análise do Estado. Citado em Marx, K. 1990. Introduction by Ernest Mandel", capítulo em *Capital: Volume I*. Penguin Classics: Londres. p. 28

⁷⁹ Três se incluímos *Theories of Surplus Value*, editado por Karl Kautsky.

⁸⁰ Ou, como Marx e Engels às vezes dizem, "um Estado que não é um Estado" no sentido convencional.

⁸¹ Aqui estou pensando particularmente naqueles que se identificam como "marxistas-leninistas", se não "stalinistas". Por exemplo, sobre a questão da ditadura e o uso do termo "ditadura do proletariado" por Marx, veja Draper, H. 1987. *The "Dictatorship of the Proletariat" from Marx to Lenin [A "Ditadura do Proletariado" de Marx a Lênin]*. Monthly Review Press: Nova York. Draper demonstra de forma convincente que o termo é usado de maneira semelhante à segunda definição de Marx de "Estado" (ou seja, como referência ao uso da força revolucionária).

está sendo denunciada, ou a crítica anarquista deve ser aceita como legítima - e a tomada do aparato governamental defendida por seus méritos.